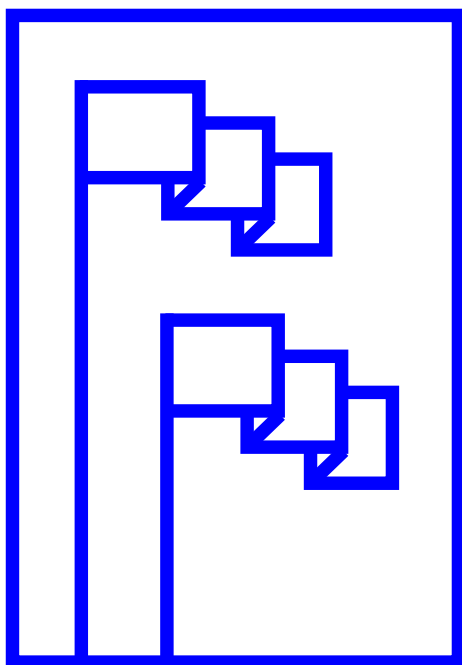


Exame crítico das ideias de revolução e de progresso



★ Simone Weil (1909-1943), filósofa e ativista francesa, intelectual engajada de vida sensibilidade espiritual, desenvolveu ao longo de sua trajetória uma constante reflexão sobre a obra de K. Marx, adotando uma postura de crítica em relação às leituras ortodoxas da obra do filósofo alemão. Entre os textos que se destinam a analisar explicitamente o conceito de revolução, encontra-se o ensaio que aqui apresentamos. Esta versão corresponde a uma revisão de escritos anteriores e foi publicada pela Gallimard em 1955, numa coletânea intitulada *Opression et liberté*.

Para conhecer um pouco mais sobre S. Weil:
diplomatie.org.br/artigo.php?id=2154

BINGEMER, M. C. L. A força e a fraqueza do amor. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

Simone Weil★

Uma palavra mágica, hoje, parece capaz de compensar todos os sofrimentos, satisfazer todas as inquietações, vingar o passado, remediar os infortúnios presentes, resumir todas as possibilidades de porvir: é a palavra revolução. Ela não data de ontem, data de mais de um século e meio. Uma primeira tentativa de aplicação, de 1789 a 1793, deu algum resultado, mas não o que se esperava. Desde então, cada geração de revolucionários acredita, em sua juventude, ter sido designada para fazer a verdadeira revolução, depois envelhece pouco a pouco e morre, transferindo suas esperanças para as gerações seguintes; ela não corre o risco de receber o desmentido disso, já que morre. Essa palavra suscitou devotamentos tão puros, fez correr, diversas vezes, um sangue tão abundante, constituiu para tantos infelizes a única fonte de coragem para viver, que é quase um sacrilégio examiná-la; tudo isso, no entanto, não impede que, talvez, ela seja vazia de sentido. Os mártires não substituem as provas senão para os sacerdotes.

Se considerarmos o regime que se pretendia abolir, a palavra revolução parece nunca ter sido tão atual, pois, ao que tudo indica, esse regime está bem doente. Se nos voltarmos para o lado dos eventuais sucessores, percebemos uma situação paradoxal. Nesse momento, nenhum movimento organizado assume efetivamente a palavra revolução como palavra de ordem que determina a orientação da ação e da propaganda. Contudo, nunca reivindicamos tanto essa palavra de ordem, e, sobretudo, ela toca individualmente todos aqueles cujas condições de existência atuais fazem sofrer, na carne ou na alma, todos aqueles que são vítimas ou que simplesmente acreditam ser vítimas, também todos aqueles que, tão generosamente, se interessam pela sorte das vítimas que os rodeiam, ou ainda muitos outros. Essa palavra encerra a solução de todos os problemas insolúveis. As devastações da guerra passada, a preparação de uma eventual guerra pesam sobre os povos de forma cada vez mais esmagadora; cada desordem na circulação de moeda e dos produtos, no crédito, nos investimentos, repercute em atrozes misérias; o progresso técnico parece trazer ao povo mais esgotamento e insegurança do que bem-estar; mas tudo isso desvanecerá no instante em que a hora da revolução soar.

O operário que, na fábrica, obrigado a uma obediência passiva, a um trabalho triste e monótono, “acha o tempo longo”, ou que não acredita ser feito para o trabalho manual, ou que é perseguido por um chefe, ou que sofre, na saída, por ser incapaz de obter esse ou aquele prazer dado aos consumidores endinheirados, pensa na revolução. O pequeno comerciante infeliz, o rentista arruinado voltam os olhos para a revolução. O adolescente burguês que se rebela contra o meio familiar e as obrigações escolares, o intelectual sentindo falta de aventuras e que se entedia, sonham com a revolução. O engenheiro ferido ao mesmo tempo em sua razão e em seu amor próprio pela predominância das considerações financeiras sobre as considerações técnicas, e que queria ver a técnica reger o universo, aspira à revolução. A maioria daqueles que dão profunda importância à liberdade, à igualdade, ao bem-estar geral, que sofrem por ver misérias e injustiças, espera uma revolução. Se tomássemos um a um todos aqueles a quem ocorreu pronunciar com esperança a palavra revolução, se procurássemos os motivos reais que orientaram cada um deles nesse sentido, as mudanças precisas, de ordem geral ou pessoal, aos quais aspiram realmente, veríamos que extraordinária diversidade de ideias e de sentimentos uma mesma palavra pode abarcar. Perceberíamos que a revolução de um homem nem sempre é igual à de seu vizinho, longe disso, que até mesmo muito frequentemente elas são incompatíveis. Descobriríamos também que, muitas vezes, não há nenhuma relação entre as aspirações de qualquer tipo que essa palavra traduz no pensamento dos homens que a pronunciam e as realidades às quais ela está suscetível a corresponder caso o futuro trouxesse efetivamente uma agitação social.

No fundo, pensamos hoje na revolução não como em uma solução dos problemas colocados pela atualidade, mas como um milagre que dispensa a resolução dos problemas. A prova de que a consideramos assim é que esperamos que ela caia do céu: esperamos que ela se faça, não nos perguntamos quem a fará. Poucos são tão ingênuos para contar, neste caso, com as grandes organizações, sindicais ou políticas, que, com mais ou menos convicção, persistem em reivindicá-la. Em seus estados-maiores, embora não totalmente desprovidos de homens de valor, o olhar mais otimista não conseguiria perceber o embrião de uma equipe capaz de levar adiante uma tarefa dessa envergadura. Os jovens, quadros de segundo plano, não dão nenhum sinal de que possam ter em si os elementos de uma tal equipe. Essas organizações, aliás, refletem uma boa parte dos vícios que denunciam na sociedade na qual evoluem; elas possuem até mesmo outros, mais graves, por causa da influência que um certo regime totalitário pior que o regime capitalista exerce, à distância, sobre elas. Os pequenos agrupamentos, de viés extremista ou moderado, que acusam as grandes organizações de nada fazer e empenham uma perseverança tão tocante em anunciar a boa-nova, ficariam ainda mais constrangidos em designar homens capazes de parir uma nova ordem.

É bem verdade que nos fiamos, ou ao menos fingimos, na espontaneidade das massas. Junho de 1936 deu um exemplo emocionante dessa espontaneidade que podíamos acreditar morta na França, no sangue da Comuna. Um grande impulso, saído das entranhas da massa, ingovernável, afrouxou o pino da coação social, tornou finalmente a atmosfera respirável, mudou as opiniões em todos os espíritos, fez admitir como evidentes coisas tidas, seis meses antes, como escandalosas. Graças ao incomparável poder de persuasão que a força possui, milhões de homens fizeram aparecer, e inicialmente a seus próprios olhos, que eles participavam dos direitos sagrados da humanidade, o que inteligências até mesmo sagazes não puderam perceber no tempo em que estavam fracas. Isso, porém, é tudo. Salvo no sentido de uma mudança mais profunda, não podia haver algo diferente. As massas não causam problema, mas tampouco os resolvem; elas, portanto, não organizam nem constroem. Aliás, elas também, por estarem profundamente impregnadas com os vícios do regime em que vivem, se afligem e sofrem. Suas aspirações carregam a marca do regime. A sociedade capitalista reduz tudo a francos, vinténs, centavos. O regime repousa na desigualdade; as massas exprimem reivindicações desiguais. O regime repousa na coação; as massas, a partir do momento em que têm direito à fala, exercem, em suas próprias fileiras, uma coação de mesmo tipo. Dificilmente se vê como poderia ser possível surgir espontaneamente das massas o contrário do regime que as formou, ou, antes, as deformou.

Criamos uma estranha ideia de revolução ao examinarmos a coisa de perto. Aliás, dizer que criamos uma ideia é dizer muito. Em que os revolucionários acreditam ser capazes de reconhecer o momento em que haverá revolução? Nas barricadas e fuzilamentos nas ruas? Na instalação, no governo, de uma determinada equipe de homens? Na violação da legalidade? Em certas nacionalizações? Na emigração maciça dos burgueses? Na promulgação de um decreto que suprima a propriedade privada? Nada disso está claro. Mas, por fim, continuamos esperando, sob o nome de revolução, um momento em que os últimos serão os primeiros, os valores negados ou rebaixados pelo regime atual surgirão no primeiro plano, os escravos, sem abandonar, aliás, suas tarefas, serão os únicos cidadãos, em que as funções sociais consagradas hoje à submissão, à obediência e ao silêncio serão as primeiras a ter direito à fala e à deliberação em todos os assuntos de interesse público. Não se trata de profecias religiosas. Apresenta-se tal porvir como correspondente ao curso normal da história. É porque não se tem nenhuma ideia certa do curso normal da história. Mesmo quando estudamos, permanecemos impregnados pela lembrança vaga dos manuais da escola primária e das cronologias.

Reivindicamos o exemplo de 1789. Dizem-nos que, o que a burguesia fez com relação à nobreza em 1799, o proletariado fará com relação à burguesia num dado ano. Imaginamos que naquele ano de 1789, ou ao menos de 1789 a 1793, uma camada social até então subalterna – a burguesia – expulsou e substituiu aqueles que administravam a sociedade, os reis e os nobres. Da mesma maneira, acreditamos que em um dado momento, que designamos com o nome de Grandes Invasões, os bárbaros invadiram o Império Romano, quebraram os quadros do Império, reduziram os romanos a um estado muito subalterno, e assumiram o comando por toda parte. Por que os proletários não fariam o mesmo, à sua forma? Com efeito, é assim nos manuais. Neles, o Império Romano dura até o momento em que começam as Grandes Invasões, depois do que, trata-se de um novo capítulo. Nos manuais, o rei, a nobreza e o clero são donos da França, até o dia em que se toma a Bastilha, pois, em seguida, é o Terceiro Estado. Essa noção catastrófica da história, na qual as catástrofes são marcadas pelos fins ou inícios de capítulos, foi, por nós todos, absorvida, durante anos; não nos livramos dela, e pautamos nossa ação por ela. A divisão dos manuais de história em capítulos nos custará uma bela quantidade de erros desastrosos.

Essa divisão não corresponde a nada daquilo que se sabe com relação ao passado. Não houve substituição violenta das primeiras formas do feudalismo ao Império Romano. No próprio Império, os bárbaros começaram a ocupar postos mais importantes, os Romanos caíam pouco a pouco para lugares de pouca honra ou subalternos, o exército se separou em bandos conduzidos por aventureiros, o colonato substituiu pouco a pouco a escravidão, e tudo isso bem antes das grandes invasões. Da mesma forma, em 1789, havia tempos que a nobreza estava reduzida a uma situação quase que de parasita. Um século antes, Luís XIV, tão orgulhoso com relação aos altos personagens, tornava-se deferente diante de um banqueiro. Os burgueses ocupavam as mais altas funções do Estado, reinavam sob o nome do rei, exerciam as magistraturas, dirigiam os empreendimentos industriais e comerciais, ilustravam-se nas ciências e na literatura e deixavam aos nobres nada, somente um monopólio, o das funções de oficiais superiores. Poderíamos citar outros exemplos.

Parece que quando uma luta sangrenta substitui um regime por outro, esta luta é, na realidade, a consagração de uma transformação que já está realizada mais do que a metade, e leva ao poder uma categoria de homens que já o possuíam mais que a metade. Há aí uma necessidade. Como poderia haver uma ruptura de continuidade na vida social, dado que é preciso comer, se vestir, produzir e trocar, comandar e obedecer todos os dias, e que tudo isso só possa ser feito hoje mediante formas sensivelmente semelhantes às de outrora? É sob um regime aparentemente estável que transformações na estrutura das relações sociais, das mudanças nas atribuições das diversas categorias sociais, se operam lentamente. As lutas violentas, quando ocorrem, e elas nem sempre ocorrem, desempenham apenas o papel de balanças: elas dão o poder àqueles que já o detém. Foi assim, para nos restringirmos a esses dois exemplos, que as grandes invasões entregaram o Império Romano aos bárbaros, que, de dentro, já se haviam apropriado dele, e que a tomada da Bastilha, com aquilo que a ela se seguiu, consolidou o Estado moderno, que os reis haviam constituído e entregado aos países burgueses, que nele já faziam mais ou menos tudo. Se a revolução de Outubro, na Rússia, parece ter criado, de todas as peças, algo novo, trata-se apenas de uma aparência: ela somente reforçou os poderes que eram os únicos reais sob o czarismo, a burocracia, a polícia, o exército. Esse tipo de acontecimentos abole os privilégios que não correspondem a nenhuma função efetiva, mas não abala a repartição das funções e dos poderes que a ele estão atados. Hoje, bem que poderia acontecer de esses financiadores, especuladores, acionistas, colecionadores de cadeiras de administradores, pequenos comerciantes, rentistas, todos esses parasitas pequenos e grandes, serem, um belo dia, varridos. Isso também poderia ser acompanhado por eventos

violentos. Mas como acreditar que aqueles que penam como escravos nas fábricas e nas minas se tornarão, repentinamente, cidadãos numa economia nova? Outros, que não eles, serão os beneficiários da operação.

Aqueles que pretendem apoiar raciocínios, e até mesmo raciocínios científicos, sua crença em uma revolução, recorrem, todos, a Marx. O socialismo dito científico criado por Marx passou ao estado de dogma, como, aliás, todos os resultados estabelecidos pela ciência moderna, e aceitamos, de uma vez por todas, as conclusões sem nunca os questionarmos sobre métodos e demonstrações. Preferimos acreditar que Marx demonstrou a constituição futura e próxima de uma sociedade socialista, em vez de procurar em suas obras se é possível ali encontrar a mínima tentativa de demonstração. Marx, é bem verdade, analisa e demonstra com uma admirável clareza, o mecanismo da opressão capitalista; mas ele deu tão bem conta disso, que não podemos sequer nos representar como, com as mesmas engrenagens, o mecanismo poderia, um belo dia, se transformar – a tal ponto que a opressão desvanecesse progressivamente...



Edições Chão da Feira
Caderno de Leituras / Série Intempestiva
Projeto gráfico - Mateus Acioli
Novembro de 2016

chaodafeira.com

Patrocínio



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**



Realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte